

A NEGAÇÃO DAS FRENTES D'ÁGUA DO RECIFE À OCUPAÇÃO POPULAR: DISCUTINDO OS CASOS DAS COMUNIDADES ARLINDO GOUVEIA, JOSÉ DE HOLANDA E BRASÍLIA TEIMOSA.

THE NEGATION OF RECIFE'S WATERFRONTS TO POPULAR OCCUPATION: DISCUSSING THE CASES OF THE COMMUNITIES ARLINDO GOUVEIA, JOSÉ DE HOLANDA AND BRASÍLIA TEIMOSA.

*Célio Henrique Rocha Moura*¹

UFPE

*Maiara Costa Mota*²

UFPE

Resumo

Por meio do presente artigo, discute-se o processo de negação das frentes d'água do Recife às ocupações populares. Entende-se, aqui, que sob a tutela do poder público, muitas das áreas, outrora residuais na trama urbana, convertem-se em produto especulativo com valor de mercado, lógica imposta e corroborada pelas classes tradicionalmente mais abastadas da cidade. Nesta investigação, foram contempladas as comunidades de Arlindo Gouveia, José de Holanda e Brasília Teimosa, que, na primeira década dos anos 2000, foram alvo de reassentamentos de famílias estabelecidas em situações precárias por meio do Programa Recife sem Palafitas, instituído pela Prefeitura da cidade do Recife. Por meio dos exemplos empíricos, compreendeu-se que sob a argumentação do provimento de qualidade de habitabilidade às famílias das comunidades, abriram-se novas fronteiras para o mercado imobiliário, atuando, as políticas de urbanização, em prol de interesses privados.

Palavras-chave

Mercado imobiliário. Ocupação ribeirinha. Especulação imobiliária. Assentamentos informais.

Abstract

This article discusses the process of denial of Recife's waterfronts to popular occupations. It is understood that under the tutelage of public administration, many of the areas, once residual in the urban structure, become speculative products with commercial value, a logic imposed and corroborated by the traditionally wealthier classes of the city. In this investigation, the communities of Arlindo Gouveia, José de Holanda and Brasília Teimosa were contemplated, which recently were the target of resettlement of families established in precarious situations through the Recife sem Palafitas Program, instituted by the Recife Municipality. Through the empirical examples, it is understood that based on the argument of providing housing quality to families in these communities, new frontiers have been opened for the real estate market, with urbanization policies acting in favor of private interests.

Keywords

Real estate market. Riverside occupation. Real estate speculation. Informal settlements.

¹ Arquiteto e Urbanista, Doutorando em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE. Pesquisador do Laboratório de Estudos Periurbanos (LEPUR/UFPE) e do Laboratório da Paisagem (UFPE). E-mail: celiohrocha@gmail.com.

² Arquiteta Urbanista e Paisagista. Mestranda do Programa de Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE. Pesquisadora do Laboratório da Paisagem (UFPE). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa INCITI Pesquisa e Inovação para as Cidades – LATTICE/UFPE. E-mail: maiaramota@gmail.com

1 UM BREVE HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES DE MARGENS D'ÁGUA NO RECIFE

Cidade anfíbia. Por meio deste conceito alegórico, Josué de Castro, em seu “Ensaio de Geografia Humana” (1966), caracteriza a condição geográfica sob a qual se erige o Recife. A partir do território inicial pantanoso, entrecortado por rios, riachos e alagados lodosos encimados por formações de manguezais, se estabeleceu a ocupação humana, em um constante e perene processo de associação, adaptação e dominação das águas.

Bezerra (2017) assinala que a cidade é um organismo vivo, composto pela articulação entre o natural e o homem, sendo as ações antrópicas no território, muitas vezes norteadas pelas imposições fisiográficas da natureza existente. Nesse sentido, é com protagonismo que as águas atuaram na consolidação da ocupação do solo recifense, através de dois elementos principais: num primeiro momento, o rio Capibaribe e seus afluentes e, num segundo momento, a frente oceânica, região da expansão urbana do século XX.

A situação do Recife, como uma baía de entulhos, se deu em virtude dos detritos carregados pelos rios que irrigam o território, depositados entre a barreira de arrecifes e a faixa de colinas que circunda a cidade. O rio Capibaribe, nesse contexto, é o mais proeminente corpo d'água, despontando como um agente-chave, tanto no processo de alteamento e consolidação do solo aquoso recifense, quanto norteadando o processo de ocupação humana no território.

Com o estabelecimento da cultura açucareira, no século XVII, nas margens do Capibaribe aportaram os engenhos de cana-de-açúcar, em virtude das condições do solo e umidade próprias para o plantio, além de possibilitar o escoamento das produções até o porto, por via aquática. É nesse momento que, na paisagem, vão despontar as casas-grande da aristocracia açucareira e os grandes sítios de monocultura de açúcar, localizados no subúrbio da cidade que até então era restrita às ilhas do bairro do Recife e de Antônio Vaz.

A partir do século XVIII, o declínio da economia açucareira representou um rompimento no modelo vigente de ocupação urbana. Os grandes engenhos de cana, representantes arquitetônicos e sociais do poder da burguesia recifense, passaram a ser objeto de conflito para as famílias tradicionais, muitos deles entrando em estado de arruinamento. Por outro lado, o centro urbano tornou-se o *locus* de interesse das novas gerações das famílias tradicionais rurais. A nova aristocracia urbana era composta pelos jovens abastados que tiveram educação em outros países, em especial na metrópole portuguesa. Eles se estabeleceram, em terras brasileiras, como comerciantes, acentuando o desprestígio da aristocracia rural e agravando o cenário de endividamento deste grupo.

O que se desdobra, a partir de então, é a subdivisão das terras dos antigos engenhos em sítios e chácaras, utilizados pela burguesia, cada vez mais urbana, como residências de veraneio. “É neste período em especial [...], que o rio Capibaribe é o lugar dos banhos aprazíveis, do ponto de encontro dos que procuravam o lazer, do casario que se abria para o rio, quando os quintais eram jardins de borda, com ancoradouros e acesso às águas límpidas do Capibaribe” (VERAS, 2018, p. 77) (**Figura 1**).

Figura 1 - Sobrados voltados para o rio Capibaribe



Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2018. Foto: Célio Moura.

No século XX, o advento do automóvel, a implantação de estrutura viária interligando os subúrbios ao centro urbano e o aumento populacional, acarretaram em uma nova mudança radical na paisagem das margens do rio Capibaribe. Os sítios, chácaras e seus sobrados, que herdaram a lógica da ocupação do poderio dos grandes engenhos, foram se transformando em lotes formais menores, ocupados, posteriormente, por edifícios multifamiliares. As edificações que outrora possuíam suas fachadas viradas para o rio, num íntimo diálogo, passaram a dar as costas para o mesmo, privilegiando a malha viária da cidade. Neste período “fecham-se muitos dos acessos utilizados pela população para se chegar às margens e o rio passa a ser lugar de despejos de águas servidas e de lixo, abandonando-se os velhos costumes do século XIX” (VERAS, 2018, p. 78).

No século XX, as margens passaram a absorver o contingente das populações marginalizadas urbanas. Se, num primeiro momento, as virtudes logísticas fundamentaram a ocupação pelos abastados, num segundo momento é a fome que vai impor o aporte dos habitantes ribeirinhos. Josué de Castro, em “Geografia da Fome” (1967b) caracteriza o flagelo não apenas como um fator biológico, mas um fator social e geográfico. É na luta contra a fome que os homens vão habitar determinadas áreas, dotadas de insumos necessários para subsistência. Assim, os taludes recifenses e áreas adjacentes passaram a ser o local de moradia dos desfavorecidos da cidade, periféricos na dinâmica comercial que se impunha. A esses indivíduos, somam-se aqueles ex-escravizados, recém libertos no século XIX e os retirantes da seca no sertão nordestino.

Com maestria, Josué de Castro adjetiva a paisagem ribeirinha do Recife do século XX como a paisagem da fome e dos mocambos. Proliferam-se as vivendas de pau-a-pique, habitações insalubres que marcam o horizonte da cidade, alcunhada, naquele momento, de “mocambópolis”. O rio torna-se, então, domínio da lama, dos caranguejos e dos homens que se confundem com o

crustáceo (CASTRO, 1967a), numa inversão paradigmática de lógica histórica de prioridade na dinâmica da cidade formal.

...assim vai o Recife crescendo com uma grande população marginal que vegeta nos seus mangues em habitações miseráveis do tipo dos mocambos. É que o Recife – a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos – das choças, dos casebres de barro batido a sopapo com telhados de capim, de palha e de folha-de-flandres. Além dos que emigravam da zona do açúcar, por motivos vários, deve-se acrescentar os que desciam expulsos pelas secas do outro Nordeste, o do sertão semi-árido... (CASTRO, 1948, p.73-74)

Em paralelo, ao sul da cidade, na região praiana, as novas conexões viárias possibilitaram a expansão urbana para as áreas de antigos coqueirais e manguezais. Essa valorização da frente oceânica, que ocorreu concomitantemente com a desvalorização das margens do rio Capibaribe, permitiu que o atual bairro de Boa Viagem passasse a despontar, progressivamente, como local valorizado e com ocupação majoritária das classes de maior poder aquisitivo. Segundo Silva e Bitoun (2007), foi com a anuência do estado que, no período compreendido entre os anos de 1960 e 1980, se intensificou a produção imobiliária no Recife:

Essas construtoras, desde então, tem buscado novos mercados que se consolidam através da exploração de áreas com infra-estrutura adequada e boa localização para a absorção de edifícios destinados a classe média e média alta. Esse mecanismo tem influenciado o mercado que vem se deslocando obedecendo a uma lógica espacial, se concentrando em áreas específicas da cidade do Recife (áreas planas de assentamentos históricos). A construção de edifícios na Madalena, nesse período, foi singela. O mercado imobiliário, seguindo o modelo do Rio de Janeiro, investia fortemente na orla de Boa Viagem e com menor intensidade nos bairros beira rio (SILVA e BITOUN, 2007, p.51).

2 A LÓGICA MERCANTIL DO DIREITO ÀS FRENTES D'ÁGUA

É evidente que o processo de consolidação dos diferentes territórios na cidade favoreceu as dissonâncias sociais, perceptíveis através da distribuição geográfica de seus habitantes. A transformação das antigas áreas de engenho em sítios e, posteriormente, em áreas sujeitas à especulação imobiliária, destinadas para as classes mais abastadas, impulsionou a condição do solo urbano como um produto especulativo. Em outras palavras, no Recife, as regiões tradicionalmente ocupadas por classes privilegiadas, dotaram-se, no decorrer dos séculos, de uma melhor infraestrutura, perpetuando-se, assim, seu valor de mercado, não obstante, as margens do Capibaribe tenham sido progressivamente ocupadas por comunidades carentes.

A partir do século XX, se fortaleceu, em escala global, o modelo econômico e de produção capitalista. No Brasil, sobretudo nos anos 1950 e 1960, a expansão urbana e as lógicas de mercado trasladadas para a produção do espaço nas cidades, ocasionaram discussões sobre a concentração fundiária e a industrialização. A preocupação de então recaía na influência e no poder do mercado imobiliário como guião da expansão urbana, definindo subjetiva e objetivamente as áreas que seriam ocupadas. Essa influência do privado sobre o desenvolvimento da cidade se relaciona com a capacidade de retenção de terrenos para especulação ou pela valorização de espaços urbanos, atraindo o investimento de capital público. Nesse cenário, estabelecem-se áreas com maior acúmulo de capital em detrimento de outras regiões relegadas a insalubridade e esquecimento.

Como resultado da influência do mercado nos processos de crescimento e ordenamento das cidades, a distribuição espacial dos habitantes tornou-se intrinsecamente relacionada com a classe social a qual pertencem, ao que o geógrafo David Harvey associa a uma ética neoliberal de intervenção urbana. Em outros termos, a histórica acumulação de capital favorece e amplia as desigualdades sociais, que se traduzem nas condições de infraestrutura de

determinadas regiões e, conseqüentemente, no nicho populacional que nessas áreas se instalam (GUIMARÃES, 2016). Sobre essa questão, Harvey (2012) assinala que as questões de segregação socioespacial nas cidades se fizeram presentes desde a gênese do fato urbano:

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. (HARVEY, 2012, p.74)

A noção mercantilista dos espaços urbanos articula-se com políticas governamentais que chancelam a subdivisão da cidade em glebas simbólicas, cada qual associada com uma classe social específica. Dessa forma, os centros urbanos se estabelecem como agentes da desterritorialização dos habitantes pertencentes às classes menos favorecidas economicamente, em virtude do aumento do valor do solo, assim como pela indisponibilidade equipamentos públicos fundamentais (GUIMARÃES, 2016). Buscando solucionar seus problemas de moradia, esses habitantes acabam por se estabelecer nas periferias da cidade, tradicionalmente dotadas de menor infraestrutura.

A periferia, então, é o produto de uma lógica cruel e segregadora, baseada na exclusão da urbe, criada e recriada a partir dos mecanismos especulativos sobre o solo, sobre a propriedade fundiária, que exclui e (re)inclui os indivíduos dentro de uma urbanização ‘estanquizada’ e precária. (GUIMARÃES, 2016, p. 24)

Tal fenômeno que se interpõe culmina, em última instância, na relação dos habitantes sobre os diferentes territórios urbanos, adentrando em questões simbólicas de percepção do espaço. Assim, um lugar pode ser fisicamente acessível, localizado numa centralidade urbana, mas simbolicamente excludente para determinadas classes sociais, em virtude de sua configuração espacial e na oferta de serviços voltados exclusivamente para determinadas classes sociais. Nesse aspecto, a própria qualidade de vida urbana converte-se em mercadoria, tal qual a cidade como um todo, estando o acesso dos indivíduos aos espaços públicos e serviços urbanos sujeitos ao seu poder aquisitivo (HARVEY, 2012).

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade³ têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. (SERPA, 2009, p.20)

No caso específico do Recife, o processo de periferização da população marginalizada se deu impelindo estes indivíduos às áreas de mangues e morros, lugares rejeitados pela burguesia no século XX. Se, outrora, principalmente as frentes d’água foram lugares estratégicos para esta população, as mudanças culturais na forma de se relacionar com a cidade e seus elementos naturais converteram os taludes e adjacências em *locus* da precariedade urbana, suporte para os exilados da seca, da fome e da escravidão. O mangue é, nesse sentido, o lugar dos excluídos sociais (MELO FILHO, 2003), condição explanada por Josué de Castro quando disserta:

A impressão que eu tinha era que os habitantes dos mangues – homens e caranguejos nascidos à beira do rio – à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama. [...] E, assim ficavam todos eles, afogados no mangue, agarrados pelas ventosas com as quais os mangues insaciáveis lhes sugavam todo o suco da sua carne e da sua

³ Para o autor, alteridade aqui se apresenta como diferença stricto sensu, manifestada a partir do confronto com outras identidades, entendida a partir das contribuições de Haesbaert, 1997.

alma de escravos. Com uma força estranha, os mangues iam, assim, se apoderando da vida de toda aquela gente, numa posse lenta, tenaz, definitiva (CASTRO, 1967a, p.13).

Em muitas dessas áreas, ainda alheias à cidade formal, a ausência de infraestrutura possibilitou que o solo não se convertesse, num primeiro momento, em produto mercadológico. Aliado a esse fator, a oferta de insumos diversos para subsistência das populações foi outra razão para a atração de indivíduos. Dessarte, especialmente as áreas estuarinas, tornaram-se local de moradia, não apenas por serem as parcelas residuais na trama urbana, mas pelo seu potencial em gerar renda para os ribeirinhos.

Se, durante o século XX, essas áreas foram sistematicamente rejeitadas, o alvorecer do século XXI trouxe uma inversão emblemática na condição das margens d'água como lugares de ocupação/contemplação. É com a chancela do poder público que passaram a se tornar áreas de aporte das atividades imobiliárias, quando foram contempladas com uma melhor infraestrutura a partir de recursos públicos. Em muitas dessas áreas, o efeito decorrente das investidas do setor imobiliário é a paulatina ou drástica expulsão das populações tradicionalmente assentadas, mesmo que a presença de muitas já seja reconhecida e protegida legalmente⁴:

Mesmo com a presença dessas normas urbanísticas persiste uma dificuldade no controle e na eficácia das políticas públicas, que se deve à herança patrimonialista e à presença de grandes grupos econômicos dominantes no espaço da cidade do Recife. Observa-se que importantes obras desenvolvidas pelo poder público são planejadas em consonância com empreendimentos privados, buscando viabilizar esses projetos privados e dinamizar a rentabilidade urbana. (CAMPOS, 2015, p. 212-213).

3 A NEGAÇÃO DO ACESSO E MORADIA NAS ÁGUAS NO CAPIBARIBE E FRENTE OCÊNICA POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO SOCIAL

Os processos históricos e as dinâmicas de mercado que incidem sobre o solo urbano acarretaram, atualmente no Recife, nas distintas situações de moradia e distribuição geográfica dos habitantes. Nesse sentido, discutir-se-á, através do exemplo de três ocupações na cidade (Arlindo Gouveia, José de Holanda – Bairros da Madalena e Torre; Brasília Teimosa - Bairro Homônimo), submetidas às ações do Programa Recife Sem Palafitas⁵, se dá a remoção destas populações de suas localizações originais, sob a chancela do poder público, dando margem para a especulação e apropriação das áreas residuais pelo mercado imobiliário.

3.1 Caso 1: As comunidades de Arlindo Gouveia e José de Holanda

Diferentemente das áreas localizadas nos manguezais e praias da região sul da cidade, as populações da região norte, dos taludes do Capibaribe, não utilizam, necessariamente, os insumos do rio para sua subsistência, por meio da pesca. No decorrer das margens, as populações mais carentes se assentam justamente nas áreas preteridas dos processos de urbanização, nos alagados da várzea do rio, estabelecidas em mocambos e posteriormente em palafitas sobre as águas.

As formas de ocupação que surgem nessas margens revelam a faceta do rio como um divisor de áreas, fortalecendo a cisão socioespacial das regiões norte e oeste do Recife. Delineia-se, dessa forma, uma lógica de distribuição espacial de classes sociais distintas, fruto dos

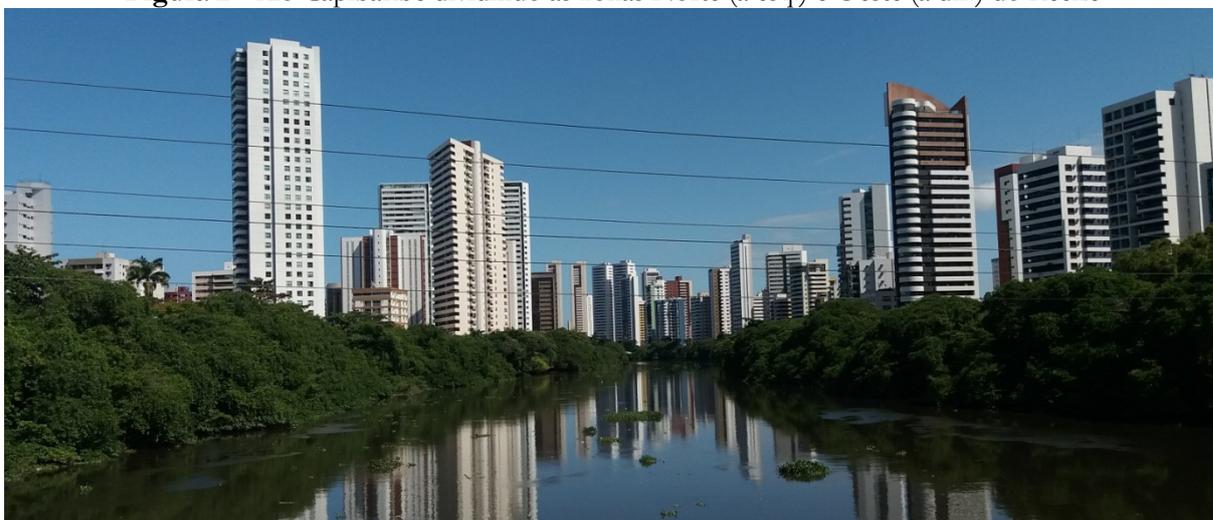
⁴ Referimo-nos, aqui, a instituição da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, de 1996 (Lei municipal nº 16.176), que regulamentou as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na cidade.

⁵ Tendo início no ano de 2003, o programa é uma iniciativa da Prefeitura do Recife em parceria com o Ministério das Cidades, e coordenado pela Empresa de Urbanização do Recife (URB), contemplando um conjunto amplo de ações para além do reassentamento das famílias, como intervenções na área da saúde, educação, gestão condominial, qualificação profissional e recuperação ambiental (OLIVEIRA, 2004)

processos de consolidação da cidade, que, conforme discutido se deu, majoritariamente, sob a chancela das elites. Nesse contexto, evidencia-se a contradição social entre as ocupações ribeirinhas na margem direita do rio, principalmente localizadas nos bairros da Iputinga e Cordeiro, e as da margem esquerda, tradicionalmente regiões de engenho e posteriormente balneário da população abastada da cidade. Nesses bairros, o adensamento no século XX, pela população de classe média, causou uma grande ruptura na paisagem campestre tradicional, quando surgem os grandes edifícios em altura para uso residencial.

Este contraste entre as margens direita e esquerda se dissipa nos bairros do chamado “centro expandido”, (bairros do Derby, Madalena e Torre). Nessas localidades, a especulação imobiliária trouxe valorização fundiária, o que acarretou no aporte das populações de classe média e torres verticais em ambas as margens (**Figura 2**).

Figura 2 - Rio Capibaribe dividindo as zonas Norte (à esq.) e Oeste (à dir.) do Recife



Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2018. Foto: Célio Moura.

Alencar e Sá (2018) dissertam sobre a questão da integração espacial na cidade, associando os maiores níveis de integração (conexão entre as margens) com a diminuição da vulnerabilidade social da localidade. Segundo o estudo dos autores, o Capibaribe tem, no trecho que corresponde à ponte Lima de Castro **(a)** – Paissandú, até a ponte do Vintém **(e)** – Parnamirim, um total de cinco conexões entre as margens (Ponte Estácio Coimbra **(b)** – Derby; Ponte do Capunga **(c)** – Madalena; Ponte da Torre **(d)** – Torre), justamente no transcórre dos bairros do Paissandú, Derby, Madalena, Torre e Graças e Parnamirim, bairros que demonstram menor índice de vulnerabilidade social (ALENCAR e SÁ, 2018). Nos trechos que correspondem da ponte do Vintém **(e)** à ponte da BR-101 **(h)**, existem apenas duas conexões para veículos, a contar com as duas pontes citadas, e duas passarelas para pedestres com graves restrições para sua utilização (ALENCAR E SÁ, 2018), localizadas nas comunidades de Santa Luzia – Passarela Torre/Santana **(f)** e Detran – Passarela Monsenhor Fabrício/Monteiro **(g)**, conforme **Figura 3**.

Figura 3 - Ligações entre margens do rio Capibaribe

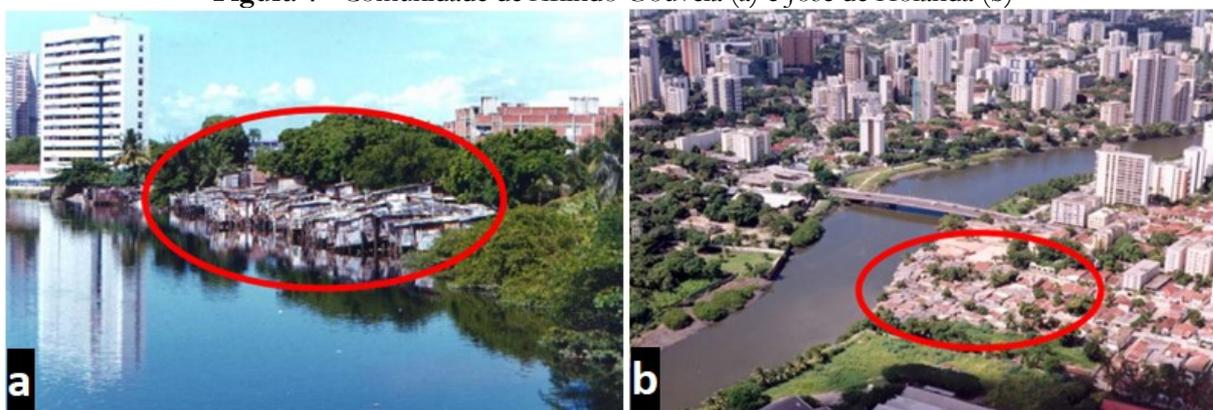


Fonte: Google Satélites, 2021. Edição dos autores.

A ausência de conexão entre as margens (e, conseqüentemente de uma maior integração entre a malha urbana), é responsável por aumentar o nível de vulnerabilidade social da margem direita, cujo motivo, Alencar e Sá assinalam: “um dos mais relevantes é a ausência de travessias efetivas neste trecho, isolando (em parte) o fluxo da população de maior renda que poderia circular pelas áreas de baixa renda, gerando oportunidades para atividades econômicas nessa região” (2018, p.177).

A lógica de distribuição socioespacial que se impõe nas margens do Capibaribe acaba por, paulatinamente, afastar os moradores de classes menos favorecidas da vivência direta com o rio. Muitas vezes, sob a forma de política pública, visando prover a cidade e os habitantes de saneamento básico adequado, se incide sobre certas comunidades nas margens, ações de reassentamento da população. O caso mais emblemático é o empreendido pelo Programa Recife Sem Palafitas, no bairro da Torre e Madalena, com os projetos de urbanização que demandaram o reassentamento das comunidades de Arlindo Gouveia (a) e José de Holanda (b), ambas localizadas nas margens da Madalena e da Torre, tradicionalmente de classe média da cidade, conforme observado na **Figura 4**.

Figura 4 - Comunidade de Arlindo Gouveia (a) e José de Holanda (b)



Fonte: Pordeus (2006, p.79-80)

As intervenções propostas para a área da beira-rio, de ambos os bairros, acarretaram na transferência dos residentes para um conjunto habitacional localizado no bairro da Torre, contudo, não diretamente relacionado com o Capibaribe. Na área desocupada, foi executada a continuação da avenida beira rio, importante via local, favorecendo o aporte de novos empreendimentos imobiliários voltados para a classe média.

O reassentamento dos habitantes das duas comunidades para o conjunto habitacional acendeu conflitos recorrentes, tanto entre as duas comunidades quanto, também, entre elas os ocupantes pré-existentes no local. Conforme pontua Pordeus (2006), as comunidades possuem estruturas organizacionais diferentes, além disso, as diferenças socioeconômicas entre ambas favoreceram um processo de segregação dos indivíduos da Arlindo Gouveia pelos antigos residentes da José de Holanda, detentores de uma melhor condição de renda. Em relação à comunidade de Santa Luzia, que tradicionalmente ocupava a região onde foram construídos os novos habitacionais, os indivíduos se mostraram descontentes em relação à destinação dos terrenos restantes da localidade, pois almejavam para a área equipamentos mais voltados para o suprimento de suas demandas específicas.

O que se observa, neste caso, é que a intervenção nessa área da margem do rio, beneficiou, em maior proporção, justamente a elite que tende a ocupar e se apropriar das áreas desocupadas. Não à toa, de acordo com Silva e Bitoun (2007), é o mercado imobiliário que encabeça a reestruturação urbana dos bairros da Torre e da Madalena, ampliando as contradições existentes e gerando outras.

A intensa valorização da Avenida Beira Rio pelo mercado imobiliário tem substituído as casas por edificações, em especial na margem direita do Rio Capibaribe, onde se localiza o bairro da Madalena. Essa substituição tem causado verdadeiras mudanças na paisagem do referido bairro. Basta citar o esforço das autoridades locais em retirar a população de baixa renda que ocupava alguns trechos das margens do Capibaribe em habitações de palafitas e que na atualidade vem sendo deslocadas e transferidas para outras áreas da cidade... (SILVA e BITOUN, 2007, p.52).

3.2 Caso 2: A comunidade de Brasília Teimosa

Outra grande intervenção do Programa Recife Sem Palafitas atuou sobre a comunidade de Brasília Teimosa, localizada na Zona Sul da cidade, entre a bacia dos rios Pina, Jordão e Tejió e a frente oceânica. Neste caso, trata-se de uma tradicional comunidade de pescadores que passou a ocupar um antigo areal formado por aterros, em virtude das obras do porto do Recife, na década de 1950, desenvolvendo atividades de subsistência relativas à pesca e comercialização de frutos do mar no mercado local. A história da ocupação de Brasília Teimosa é uma emblemática epopéia de resistência dos moradores contra as imposições do estado. Segundo Souza:

Inspirados no nome que seria dado à nova capital, pescadores, lavadeiras, biscateiros, brasileiros sem chão, levantavam seus barracos à noite e iam a polícia derrubá-los ao amanhecer. Resistentes, juntavam os destroços e recomeçavam. Valentes, não se intimidavam com a truculência patrocinada pelo poder público. Teimosos, conquistaram uma área cobiçada, e criaram uma comunidade cuja história é marcada por vitórias resultantes da mobilização popular (SOUZA, 2010, s/p).

Assim, o processo de resistência que originou a comunidade, garantiu a sua permanência naquele local, cuja relação entre os moradores e o seu meio delineou, por muito tempo, a cultura e os modos de produção para subsistência de parcela considerável da população. O reconhecimento pleno de Brasília Teimosa só vem a ser garantido no ano de 1996, com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, que institui a comunidade como uma Zona Especial de

Interesse Social – ZEIS, instrumento fundamental garantidor da sobrevivência dos assentamentos informais da cidade.

Já no início do século XXI, consolidado como bairro que apresentou melhorias em relação à habitabilidade e salubridade em virtude da intervenção do estado (ANJOS e LACERDA, 2015), é proposto o reassentamento da população que até então habitava as palafitas acima da faixa de praia (Figura 5).

Figura 5 - Palafitas da comunidade de Brasília Teimosa



Fonte: Disponível em: <<https://omensagem77.wordpress.com/2015/06/01/ate-camaragibe-temmetro/>> Acesso: 07 ago. 2022. Autor desconhecido.

Para além do reassentamento, foi elaborado o projeto de urbanização dessa área de praia, que contemplaria a nova orla e avenida, batizada de “Avenida Brasília Formosa”, a recuperação ambiental da margem oceânica e a reconstrução do muro de proteção entre o mar e o continente (OLIVEIRA, 2004). Os moradores das palafitas foram transferidos para um conjunto habitacional localizado no bairro do Cordeiro, distante 9 km do local original, o que acarretou em dificuldades de adequação ao espaço, principalmente pelas famílias onde a principal fonte de renda derivava das atividades de pesca. Segundo diagnóstico socioeconômico realizado pela Empresa de Urbanização do Recife – URB, no ano de 2003⁶, referente à ocupação da população em idade ativa moradora das palafitas de Brasília Teimosa, 9,02% eram pescadores ou pescadoras. De acordo com Lacerda (2012), o reassentamento provocou uma intensificação no mercado imobiliário de alugueis no bairro, quando famílias, ao morar mais longe dos seus locais de trabalho, retornam à comunidade, alugando novos domicílios.

Além disso, conforme pontua Cavalcanti *et al.* (2016), uma das principais dificuldades destacadas pelos indivíduos transferidos refere-se ao preço da formalidade (contas de luz, água, taxas condominiais, transporte etc), o que impõe que as famílias busquem outras localidades, sendo o retorno às margens de rios e canais uma realidade. Essa situação se reflete no alto índice de comercialização ilegal das unidades fornecidas a estas famílias, de acordo com a matéria publicada do portal LeiaJá, de 02 de Agosto de 2014⁷, que destaca a realidade do mercado informal dos imóveis no conjunto habitacional do Cordeiro.

⁶ Relatório social Casarão do Cordeiro – Brasília Teimosa, Vila Vintém II e Bueirão. Empresa de Urbanização do Recife – URB, 2003.

⁷ Disponível em:

<<https://m.leiaja.com/noticias/2014/08/02/o-sonho-da-casa-propria-vira-comercio-ilegal-no-recife/>> Acesso em 08.08.2022

As ações de reassentamento da população das palafitas de Brasília Teimosa reverberaram, no entanto, como propaganda política e passaram a ser retratadas, pelos meios de comunicação, como um marco transformador do bairro, antes tido como uma das marcas da desigualdade social do Recife:

A brisa renovadora e a vista deslumbrante do mar da Praia do Pina em nada lembram a paisagem repleta das palafitas remendadas com sobreposições de madeiras apodrecidas que impressionou a comitiva da histórica visita presidencial e ministerial, em 10 de janeiro de 2003; uma semana depois da posse de Lula. A retirada das 560 famílias dos casebres à beira-mar e a urbanização da área deu status à mais antiga invasão urbana do Recife, hoje com cerca de 25 mil pessoas. A obra melhorou o acesso a serviços de transporte e limpeza, promoveu a valorização imobiliária e possibilitou a criação de uma grande área de lazer popular. A porta da frente de Brasília Teimosa deixou de envergonhar. Agora, envaidece. Virei gente chique. Oxe, nem se compara - diz Maria Augusta José da Silva, de 64 anos. (Correio brasiliense, 02 de Maio de 2010)⁸

Longe de não se reconhecer os méritos da intervenção, no que se refere às melhorias das condições de salubridade de uma população que previamente vivia em condições precárias, Braga (2014) relata as percepções dos moradores às novas habitações quando eles afirmam que, apesar do sentimento nostálgico em relação ao antigo local de moradia, as novas habitações oferecem melhores condições de morar. Contudo, as ações de urbanização, aliadas à propaganda midiática que transformaram a antiga comunidade de palafitas em bairro praiano com frente do mar, abriram novas fronteiras para o mercado imobiliário nas proximidades dessas novas locações urbanizadas, pressionando os instrumentos de garantia da sobrevivência destas comunidades, como a instituição das ZEIS. De acordo com Fernandes (2010), os moradores relatam que a valorização fundiária dos antigos lotes na região vem causando a expulsão dos antigos residentes, fenômeno que associam à localização estratégica e central do bairro e a proliferação de empreendimentos privados nas cercanias.

O que se observa, atualmente, é o fenômeno da verticalização das extremidades de Brasília Teimosa com o aporte de novos empreendimentos imobiliários voltados para a classe média, dentre unidades residenciais, comerciais e complexos hoteleiros (**Figura 6**). É indeclinável, nesse momento, questionar se o exemplo observado da apropriação das frentes d'água no trecho Madalena-Torre, pode se reproduzir na frente oceânica de Brasília Teimosa, mesmo que salvaguardada legalmente. O que se projeta, nesse sentido, é um horizonte verticalizado em constante expansão, alheio à dinâmica urbana e social do bairro e contrastante com as tipologias pré-existentes.

⁸ Disponível em:

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2010/05/02/interna_politica,189984/brasil-ia-teimosa-perdeu-os-casebres-pauperrimos-e-se-tornou-um-bairro-valorizado-em-recife.shtml. Acesso em 08.08.2022

Figura 6 - Horizonte Verticalizado de Brasília Teimosa



Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2021. Foto: Célio Moura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Recife, as condições do território pantanoso, composto ora por charcos, ora por riachos, rios e canais, ora por manguezais, se mostraram como força-motriz e balizadora dos processos de consolidação urbana que vão, progressivamente, dar feição à cidade. Nesse contexto, as diferentes características do território natural, impõem diferentes padrões de ocupação e uso dos territórios adjacentes, imprimindo marcas culturais e sociais que vão construir a identidade da cidade e de seus diferentes grupos conformadores, dos engenhos aos pescadores das lamas dos manguezais.

As vantagens logísticas do rio Capibaribe, que permitiram o escoamento do açúcar dos engenhos do que hoje se configura como parcela da Zona Norte do Recife, e a disponibilidade de recursos e insumos das frentes d'água (margens de rios e frente oceânica) para subsistência das populações menos favorecidas, exemplificam o papel preponderante da hidrografia no desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, a configuração atual da cidade reflete os processos sociais e culturais de adaptação, dominação, utilização e associação dos elementos naturais ao longo da sua história. Tratam-se, portanto, a morfologia urbana e a distribuição das classes sociais no território, como resultados explícitos desse transcurso.

O crescimento do Recife, aliado às soluções contemporâneas de mobilidade, reduziu as distâncias entre as diferentes regiões da cidade, estimulando a valorização fundiária de áreas antes periféricas, e dos antigos assentamentos precários das áreas de charcos e alagados. Muitos desses, marginais às novas vias de circulação, tornaram-se verdadeiros centros de resistência, quando passaram a sofrer com a especulação imobiliária, fruto do aumento dos interesses das populações mais abastadas nestes territórios outrora esquecidos, não obstante sua posição central e estratégica na malha urbana.

É importante salientar que, recentemente, a aprovação da revisão do Plano Diretor da Cidade do Recife, Lei nº 18.770/2020, trouxe mecanismos que afrouxam as medidas restritivas de ocupação nas áreas próximas às ZEIS, bem como de outras áreas importantes para a cidade. Embora traga como princípios a **função socioambiental da cidade, função socioambiental da propriedade, sustentabilidade, equidade socioterritorial, integração metropolitana e intraurbana, gestão democrática, equidade de gênero**, o novo plano diretor favorece o aporte de empreendimentos com alto coeficiente construtivo nas proximidades das Zonas

Especiais de Interesse Social, o que pode acarretar pressões externas para essas ocupações, conforme o caso exemplificado da comunidade de Brasília Teimosa.

Assim, gradativamente, a lógica de ocupação das margens dos corpos d'água, principalmente os alagados, manguezais e riachos, inverte-se, tornando-se alvo de desejo de construtoras e incorporadoras e do mercado de capital imobiliário, o que, de acordo com o discutido neste artigo, vem sendo posto em prática, com a chancela do poder público municipal.

Os exemplos discutidos das comunidades de Arlindo Gouveia, José de Holanda e Brasília Teimosa, revelam que a negação das frentes d'água para populações carentes surge quando há interesse do capital privado de apropriação do espaço. Assim, quando os moradores das comunidades almejam melhores condições de habitabilidade, esta demanda converte-se em forte argumentação para reassentamento destas famílias, muitas vezes para áreas distantes do local da ocupação inicial. Renegam-se, certas áreas, às populações carentes, deixando os territórios desocupados a serem apropriados pelo mercado imobiliário, conseqüentemente, favorecendo a elite ao direito às frentes d'água e a um território de qualidade ambiental e paisagística.

Intui-se, finalmente, que o território de uma cidade anfíbia como o Recife possui virtudes ambientais que se traduzem na paisagem atual, configurando-se enquanto um híbrido natural e cultural, cujas relações entre estas duas dimensões são a marca da pluralidade de povos e culturas conformadores do território. Nesse sentido, é imprescindível garantir à população menos favorecida da cidade, que tradicionalmente ocupa o sítio que outrora foi preterido da dinâmica urbana, o seu direito à moradia através de instrumentos legais e institucionais que visem não apenas a regulamentação fundiária, mas a salvaguarda dessas populações frente à especulação imobiliária e aos processos de gentrificação decorrentes. Para além disso, deve-se garantir que as frentes d'água possam se tornar áreas habitáveis para esta população, com soluções de urbanização adequadas às suas demandas e modos de vida, garantindo, assim, que a cidade do Recife possa desempenhar sua função histórica de metrópole plural dos trópicos, onde todas as vivências e modos de vida das diferentes camadas sociais convergem para seus rios, riachos, canais, charcos, manguezais e frente oceânica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Karina Borges; SÁ, Werther Lima Ferraz. **O Parque Capibaribe no Recife: Uma análise entre vulnerabilidade social e integração socioespacial dos espaços públicos verdes nas margens do rio.** *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. V. 7, n. 2, p. 163-185, 2018.

ANJOS, Kainara Lira; LACERDA, Norma. *Transformações urbanas e ambientais em áreas pobres da Região Metropolitana do Recife*. In: **VIII Congresso Internacional Cidade Virtual e Território: Produzir uma Nova Utopia Urbana**. Rio de Janeiro, 2015. p. 1-20.

BEZERRA, Onilda Gomes. *Paisagem como totalidade Homem-Natureza*. In: VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti et al. (Org.). **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.2. João Pessoa: Patmos Editora, 2017. p.34-51.

BRAGA, Célia Cavalcanti. **O bem viver em Recife: Uma abordagem do cotidiano de moradores do Casarão do Cordeiro**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CAMPOS, Dóris Janylla Siqueira Lopes. **A via mangue sob o olhar do ordenamento territorial urbano em Recife-PE: o lugar dado às famílias pobres**. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v.4, n.2, p.207-231, 2015.

CASTRO, Josué. **Fatores de localização da cidade do Recife:** um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 84p.

CASTRO, Josué. **Ensaio de Geografia Humana.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. 226p.

CASTRO, Josué. **Homens e Caranguejos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967a. 177p.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967b. 332p.

CAVALCANTI, Helenilda; MIRANDA, Livia; SOUZA, Maria Ângela; NEVES, Norah. **Tipologia e Caracterização dos Assentamentos Precários:** Região Metropolitana do Recife. Estudos de Caso Brasileiros. 1ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016, v.1, p.307-367.

FERNANDES, Ana Suassuna. **ZEIS E MORADIA:** uma alternativa formosa para Brasília Teimosa? Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GUIMARÃES, Leandro da Silva. **O modelo de urbanização brasileiro:** notas gerais. GeoTextos, v.12, n.1, p. 13-35, 2016.

HARVEY, David. **O direito à cidade.** Lutas Sociais, n.29, p.73-89, 2012.

LACERDA, Norma. **Mercados imobiliários em áreas pobres:** singularidades, particularidades e universalidades. GEOgraphia. v.14, p.40-62, 2012.

MELO FILHO, Djalma Agripino. **Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro:** significados e ressonâncias. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v.10, n.2, p.505-524, 2003

OLIVEIRA, Fernanda Martinez. **Inclusão social a partir do direito à moradia:** Programa Recife Sem Palafitas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. v.9, n.44, p. 7-22, 2004.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Requalificação Urbana, desenvolvimento e liberdade:** o conjunto habitacional da Torre. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

RECIFE. **Lei nº 16.176, de 9 de abril de 1996.** Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife. Recife, PE, 9 abr. 1996.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2009. ISBN: 978-85-7244-349-4.

SILVA, Luciana Helena; BITOUN, Jan. **Espaço, História e Política:** Atores e ações no bairro da Madela. Revista de Geografia, v.24, n.3, p. 47-65, 2007.

SOUZA, Cláudio Roberto. **50 anos de Brasília Teimosa. Em área nobre, uma comunidade que nasceu na luta pela terra.** Almanaque de História, 2010. Disponível em: <http://almanaquedehistoria.blogspot.com/2010/04/50-anos-de-brasilia-teimosa.html>. Acesso em: 07 ago 2022.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Sob um parque, pulsa um rio:** caminhos da memória de um Projeto de Paisagem para o Capibaribe. Patrimônio e Memória. v.14, n.1, p. 69-88, 2018.